

Governo tenta recuar na última hora

A Lei das Diretrizes Orçamentárias esteve ameaçada de ter sua definição transferida para hoje pela manhã. Depois que todas as obstruções pareciam ter desaparecido, os líderes do Governo resolveram pedir o adiamento da votação para que o Executivo pudesse editar duas medidas provisórias no **Diário Oficial** de hoje. A própria liderança do Governo encontrou a solução: as medidas provisórias seriam publicadas hoje, num suplemento especial do **Diário Oficial** da União, mas com data de ontem.

Com isso, não sendo publicadas durante o recesso, as medidas provisórias não obrigam a convocação da Casa em cinco dias.

Antes disso, o último obstáculo à votação era uma exigência do PT e do PDT de que antes da LDO fossem votados 56 vetos presidenciais que, em tese, deveriam ser analisados antes da lei. Um acordo entre os líderes garantiu que - em caso de veto presidencial à política salarial - esse veto seria examinado e votado, preferencialmente, no segundo semestre. Os dois partidos retiraram todos os obstáculos à votação orçamentária, fazendo com que o presidente da Casa encaminhasse a votação.

REUNIÃO

Por volta das 16h30 surgiram os primeiros comentários de que a LDO poderia ter sua votação transferida para hoje pela

manhã. Alguns líderes riram da proposta, mas em seguida formou-se um grupo, no meio do plenário e - consequentemente - longe dos jornalistas. Os representantes do Governo, senador José Ignácio Ferreira (PST-ES) e o deputado Renan Calheiros (PRN-AL) tentavam convencer os principais líderes dos demais partidos da necessidade de se votar a LDO só hoje pela manhã.

O argumento não serviu para o líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ). Ele disse ser contra a edição de medidas provisórias e não apoiaria o Governo nessa proposta. Para Paulo Paim (PT-RS) a posição não era diferente.

Houve um momento em que tudo parecia acertado, mas depois os líderes do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS) e do PSDB, Euclides Scalco (PR), resolveram que a votação teria de ser, mesmo, ontem à tarde. "Não dá para concordar com essa posição", dizia Scalco. "Eles lutaram tanto para apressar a votação e agora querem passar para amanhã".

Ibsen Pinheiro foi até o gabinete do líder do PFL, Ricardo Fiuza (BA), onde também estavam Renan Calheiros e Humberto Souto (PFL-BA). Ele acabou dizendo a eles que "aceitar essa mudança seria um divórcio de responsabilidade quanto ao texto da medida". Para Ibsen Pinheiro, a situação era difícil: "Se aprovamos o acordo sem ler a medida, teremos o débito

de aprovar algo sem conhecer, e se aceitarmos a proposta do Governo de ler o texto, a situação piora, porque seremos coniventes. Cada lado cumpre o seu dever e dá tudo certo", concluiu.

Poucos minutos depois a liderança do Governo achou a solução. Ricardo Fiuza explicou que o Governo editaria as medidas provisórias hoje, num suplemento do **Diário Oficial**, com data de ontem. Com isso, o Congresso não teria necessidade de ser convocado extraordinariamente durante o recesso.

A LDO, de acordo com o relator José Richa, pode ser vetada pelo Presidente da República, mas não em pontos essenciais, já que a Constituição proíbe o veto de expressões, e houve o cuidado de preservar no texto a parte substancial. Na sua opinião, o Governo cumprirá as diretrizes orçamentárias, porque o que foi aprovado atende aos programas às metas do Executivo.

Richa destacou o fato de o substitutivo ser tecnicamente mais bem elaborado, além de facilitar o acompanhamento e a fiscalização pelo Congresso. Pela LDO, o Governo fica obrigado a reduzir mais dez por cento nas despesas com pessoal e outros dez por cento nas despesas de custeio, previstas na proposta original. Mas Richa não crê que novas demissões de funcionários sejam necessárias. "Basta racionalização e não fazer novas nomeações", sugere.